

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. AS PENAS DOS SUSPEITOS: ESTUDO COMPARADO DO ART. 282, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DO CÓDIGO ANTIMÁFIA ITALIANO.....	13
NEY DE BARROS BELLO FILHO e BRUNO HERMES LEAL	
Introdução.....	14
1. A suspeita sem crime	18
2. As penas cautelares	23
2.1. Ônus argumentativo da decisão judicial impositiva da cautelar.....	26
2.2. Ônus probatório e contraditório prévio	28
2.3. Ônus cronológico e crimes associativos.....	30
Considerações finais.....	32
Referências Bibliográficas.....	33
2. BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES (BNMP 3.0): REVOLUCIONANDO A JUSTIÇA CRIMINAL POR MEIO DA TECNOLOGIA...	37
ANDERSON DE PAIVA GABRIEL e KEITY MARA FERREIRA DE SOUZA E SABOYA	
Introdução.....	38
1. A imprescindibilidade de um banco nacional de medidas cautelares como o BNMP 3.0.....	41
Conclusão	51
Referências Bibliográficas.....	52

3.	PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS EM DESFAVOR DE CANDIDATOS ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE SUAS POSSIBILIDADES	57
	ADRIANO SANT'ANA PEDRA	
	Introdução: colocação do problema	57
	1. Proteção do meio ambiente eleitoral.....	58
	2. Imunidade eleitoral em face de medidas cautelares.....	61
	3. Detenção, prisão e medidas cautelares pessoais em desfavor de candidatos	64
	Considerações finais.....	66
	Referências Bibliográficas.....	67
4.	ALGUNS APONTAMENTOS À JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM MATÉRIA DE PRISÃO PREVENTIVA E <i>HABEAS CORPUS</i>	69
	LEONARDO ISSA HALAH	
	Introdução.....	69
	1. Dilação probatória x reexame de provas.....	71
	2. Prova de materialidade e indícios de autoria: análise do <i>fumus commissi delicti</i> em <i>habeas corpus</i>	72
	3. Gravidade concreta, quantidade de drogas e ordem pública: demonstração do <i>periculum libertatis</i>	75
	4. Princípio da homogeneidade das cautelares	79
	5. Saneamento dos vícios da prisão em flagrante pela conversão em preventiva.....	84
	Conclusões.....	86
	Referências Bibliográficas.....	88
5.	AINDA A TEMPORALIDADE ESPECÍFICA DA PRISÃO PREVENTIVA: A FIXAÇÃO LEGAL DE PRAZO MÁXIMO PARA SUA DURAÇÃO	91
	DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI e FELIPE GUSTAVO RAMOS DE OLIVEIRA FILHO	
	Introdução.....	91
	1. Desenho legislativo atual da prisão preventiva.....	92
	1.1. Características e principiologia da prisão preventiva.....	94

2. O problema da ausência de prazo máximo de duração da prisão preventiva no Brasil.....	97
2.1. Projetos de lei dispendo sobre prazo máximo de duração da prisão preventiva.....	98
2.2. O dever de reavaliação da prisão preventiva introduzido pela Lei n. 13.964/2019	103
3. Os prazos de revisão e de duração da prisão preventiva no direito comparado latino-americano	108
Considerações finais.....	111
Referências Bibliográficas.....	112
6. A LEGALIDADE DA INTERRUÇÃO DO FLUXO DE DADOS COMO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS	117
DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR e VALDIR RICARDO LIMA POMPEO MARINHO	
Introdução.....	117
1. As proibições probatórias	122
Conclusão	128
Referências Bibliográficas.....	130
7. PRISÃO PREVENTIVA PARA FINS DE EXTRADIÇÃO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS, APLICAÇÃO PRÁTICA E LEITURA CONSTITUCIONAL.....	133
LUCAS SALES DA COSTA	
Introdução.....	133
1. Lições doutrinárias e disciplina normativa da extradição	134
2. Custódia voltada à extradição: do caráter automático e cogente à avaliação substancial e individualizada	137
3. Da análise singularizada: por uma proposta de calibragem dos requisitos da custódia preventiva para fins de extradição	146
Linhas de encerramento	149
Referências Bibliográficas.....	150
8. STANDARD DE PROVA PARA PRISÃO PREVENTIVA EM CRIMES COM VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	153
LETÍCIA LEMGRUBER e AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR	
Introdução.....	153

1.	Concepção racionalista da prova	154
2.	<i>Standards</i> de prova	156
3.	Razões para formulação do <i>standard</i> de prova para prisão preventiva em crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes	158
4.	Dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil	161
5.	Sugestões de matrizes de risco processual que fundamentam a prisão preventiva em crimes com violência sexual contra crianças e adolescentes...	163
	Conclusão	167
	Referências Bibliográficas	168
9.	PRISÃO PREVENTIVA: MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA, GENERALIZAÇÕES E O LEITO DE PROCUSTO	171
	RODRIGO CAPEZ	
10.	ESTRUTURA DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS	185
	ROSMAR RODRIGUES DE ALENCAR	
	Introdução	185
1.	Cautelaridade em matéria penal	186
2.	Estrutura cautelar	190
3.	Sentido cautelar	198
4.	Função cautelar	200
	Conclusão	202
	Referências Bibliográficas	204
11.	AS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS E A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DA RESOLUÇÃO 487/2023 DO CNJ	207
	GRÉCIO NOGUEIRA GRÉGIO	
	Introdução	207
1.	A inimizabilidade penal e as medidas de segurança	209
2.	Os hospitais de custódia, o panóptico de Bentham e o caso Damião Ximenes	212
3.	A Resolução 487/2023 do CNJ	214
4.	As medidas cautelares pessoais	216
	Conclusões	219

12. CYBERBULLYING (LEI 14.811/2024), PROIBIÇÃO DE ACESSO À INTERNET E A SOCIEDADE EM REDE: O DESAFIO DA EFETIVIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL ANTE A ERA DIGITAL....	223
AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR e GRACIELA DE REZENDE HENRIQUEZ	
Introdução.....	224
1. A sociedade em rede e o direito: o impacto da era digital nas relações jurídicas.....	225
2. A Lei 14.811/2024 e a criminalização do <i>cyberbullying</i>	226
3. Proibição de acesso à internet e o crime de <i>cyberbullying</i> : medida cautelar processual penal atípica?	228
4. Efetividade da medida cautelar de proibição de acesso à internet: os desafios do Poder Judiciário na era da tecnologia	231
Considerações finais.....	233
Referências Bibliográficas.....	234
13. MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA APLICÁVEL À ADVOCACIA PRIVADA: UMA ABORDAGEM SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA JURISPRUDÊNCIA DA SEXTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	237
SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, GISELE SOUZA DE OLIVEIRA e CHRYSITY BRITTO DOS REIS COLOMBO SARNAGLIA	
Introdução.....	238
1. Requisitos para a aplicação das medidas cautelares penais: subsidiariedade da prisão preventiva.....	239
1.1. Aplicação da suspensão do exercício de função pública à advocacia privada: perspectiva do princípio da legalidade	241
1.2. Aplicação da suspensão do exercício de função pública à advocacia privada: perspectiva da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	245
Considerações finais.....	247
Referências Bibliográficas.....	248
14. MEDIDAS CAUTELARES ATÍPICAS NO PROCESSO PENAL.....	251
FERNANDO ZARDINI ANTONIO e FRANCISCO BOWEN DE OLIVEIRA	
Introdução.....	251
1. Fundamentos das medidas cautelares no processo penal.....	255

2. Medidas cautelares diversas da prisão.....	258
3. Medidas cautelares atípicas no processo penal.....	259
Conclusão	264
Referências Bibliográficas.....	264
15. O CARÁTER CAUTELAR E INCONSTITUCIONAL DA EXECUÇÃO PENAL.....	267
LUÍS CARLOS VALOIS	
Introdução.....	267
1. O encarceramento: sempre uma cautela.....	268
2. A regressão de regime cautelar	271
3. O exame criminológico e a progressão de regime cautelar	274
Conclusões.....	276
Referências Bibliográficas.....	277
16. O PROCESSO PENAL EFICIENTE E JUSTO: A COMPREENSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA A PARTIR DO PARADOXO DOS DIREITOS HUMANOS, DA TUTELA DA VÍTIMA E DOS DIREITOS DO ACUSADO.....	279
MICHAEL PROCOPIO RIBEIRO ALVES AVELAR	
Introdução.....	279
1. Do velho paradoxo entre o poder de punir do Estado e o reconhecimento dos direitos humanos em sua faceta processual	281
2. Dos requisitos da prisão preventiva: da concepção advinda da teoria geral do processo à ideia de absoluta autonomia do processo penal	284
3. Do postulado da proporcionalidade e do princípio da subsidiariedade como parâmetros normativos da prisão preventiva.....	291
4. Da prisão preventiva sob a égide dos princípios caracterizadores de um processo penal equo e eficiente.....	294
Conclusão	296
Referências Bibliográficas.....	297